



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº 51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0006425

Requerente: Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul

Mensagem nº 036/2017 – Proc. 20467/359/2017

Súmula: Projeto de Lei que “Dispõe sobre regras para o uso dos espaços e dos bens públicos pertencentes ao Município de Sapucaia do Sul, mediante instrumentos de autorização, permissão e concessão e dá outras providências”.

RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de Mensagem nº 036/2017, de origem do Poder Executivo Municipal, solicitando a aprovação do projeto de Lei que ***“Dispõe sobre regras para o uso dos espaços e dos bens públicos pertencentes ao Município de Sapucaia do Sul, mediante instrumentos de autorização, permissão e concessão e dá outras providências”.***

De acordo com que se denota da justificativa apresentada frente à presente proposição legal, tal questão tem o viés de *estabelecer as regras para o uso e ocupação de espaços públicos a título oneroso, mediante chamamento público ou licitação quando for o caso, para pessoas físicas e jurídicas ou consórcios de empresas, visando a confecção, instalação e conservação, com exploração publicitária, de elementos do mobiliário urbano integrantes da paisagem urbana do Município de Sapucaia do Sul, mediante instrumentos de autorização, permissão e concessão.*

Frise-se que, a presente proposição legislativa revogará as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 3.470/2013.

Breve é o relatório.

PARECER

Primeiramente, no que diz respeito à iniciativa para a apresentação do projeto, a mesma é exclusiva do Chefe do Executivo, conforme disposto pela Lei Orgânica Municipal:



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº 51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Art. 55. Compete, privativamente ao Prefeito, a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre:

(...)

IV - proposições que geram despesas ou que comprometam receitas do Município.

A competência da Câmara de Vereadores para a deliberação respectiva, por sua vez emana das disposições da Lei Orgânica Municipal relativamente ao Poder Legislativo, que transcrevemos:

Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:

IX - autorização de concessão e permissão de serviços que somente serão feitos mediante contrato precedido de concorrência;

(...)

XIII - cessão, por empréstimo, ou concessão de direito real de uso de bens imóveis do Município;

No que se verifica em atenção ao que resta exposto junto à Lei Orgânica, tal questão encontra-se tipificada da seguinte forma:

Art. 17. O uso dos bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, quando houver interesse público devidamente justificado.

§ 1º A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial ou dominial dependerá de autorização legislativa e concorrência, dispensada esta quando o uso se destinar ao concessionário de serviço público, ou quando houver interesse público devidamente justificado.

§ 2º A concessão administrativa de bens de uso comum do povo será outorgada mediante autorização legislativa.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº 51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



§ 3º A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada a título precário e por Lei.

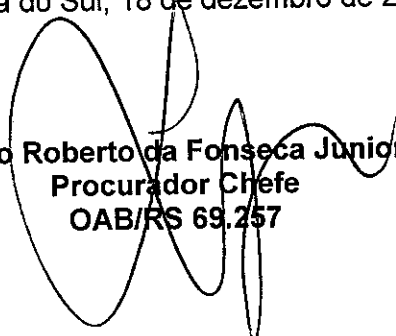
§ 4º A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada para atividades específicas e transitórias pelo prazo máximo de sessenta dias.

Art. 18. Lei Complementar Municipal disporá sobre a composição, a defesa, a utilização e a alienação dos bens públicos municipais.

Ante o exposto, sob o aspecto enfocado, não se verifica qualquer vício de constitucionalidade junto ao presente projeto de lei, devendo seguir sua tramitação regimental, com conclusão às competentes comissões, e posterior deliberação pelo Plenário desta nobre Casa Legislativa.

À análise superior, para as devidas providências, e com a aprovação, encaminhe-se o expediente à Diretoria Legislativa para o prosseguimento da tramitação regimental.

Sapucaia do Sul, 18 de dezembro de 2017.


João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257